

AMAZÔNIA (REGIÃO)



AMAZÔNIA (REGIÃO)  
Um apelo sério e irrecusável  
TERRAS - BRASIL

Há menos de 30 anos, os livros escolares apresentavam o Brasil como "um país essencialmente agrícola", e nosso ufanismo derivava, mais do que tudo, da esperança em nosso solo, ou em nosso subsolo, real ou potencialmente rico. A industrialização progressiva dos grandes núcleos urbanos fez-nos esquecer gradativamente o campo.

articulação e coordenação das relações no campo.

Fez-se a riqueza agrícola, é verdade, mas com os sucessivos governos praticamente ausentes na demarcação das grandes linhas agrárias. Com exceção dos créditos oficiais, quase tudo (ou tudo mesmo) do que tem sido feito deve ser creditado à iniciativa privada, desde os êxitos agrícolas na região Centro-Sul até os intermitentes malogros em zonas do Norte e Nordeste, onde as tensões sociais são agora, provavelmente, muito mais graves que há algumas décadas, exatamente pela carência de atenção governamental em termos de

Em boa parte da Amazônia, a degradação das relações sociais e produtivas no campo atingiu proporções perigosamente alarmantes, levando o atual governo a adotar, no início deste ano, algumas medidas "duras", desde a desapropriação de áreas até a criação do Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins (Getat). Tentava-se, então, uma política nova de assentamentos rurais, diferente — por sorte — das céticas medidas dos fracassados núcleos rurais espalhados ao longo da Transamazônica (hoje também fracassada) durante dois governos anteriores. Pela primeira vez, tem-se a impressão de que o governo federal começa a encarar com seriedade um problema do país-real ao qual o país-oficial sempre tinha dado as costas.

a este jornal no domingo passado são, pelo menos, o indicio de um rumo de seriedade no tratamento de um tema que, habitualmente, era encarado com uma destacadaz demagógica que não lograva desenvolver-se da improvisação e de todos os efeitos negativos que ela contém. Com a franqueza que diligentemente se encontra no alto mural do oficial, o presidente do Incra deu uma amostra sumária (mas esclarecedora) dos projetos destinados a resolver os focos centrais dos conflitos agrários na Amazônia, pondo atenção nas dificuldades para a sua implantação. Esta franqueza honesta é incomum entre nós e, por si só, merece ser aplaudida. Não estamos no melhor dos mundos (ao contrário), e unicamente o conhecimento cabal das nossas deficiências, do nosso dramático dia-a-dia como Nação, poderá apontar-nos a perspectiva das soluções.

A sobreposição de títulos de propriedade rural, a especulação com a terra, além de todas as seqüelas surgidas com transportar para a Amazônia as mazelas, vícios e deformações que, de há muito, são o drama do Nordeste ou do Norte agrário do País, constituem problemas que o presidente do Incra se dispõe a resolver globalmente, mediante acordo entre as partes em litígio, mas partindo sempre do ponto fulcral: a posse da terra e a situação dos que nela trabalham. Apenas se estas alternativas falharem o governo deverá usar a desapropriação como instrumento útil.

É uma tarefa global, um plano conjunto, para o qual o presidente do Incra considerava essencial a participação das Igrejas católica e evangélica, para que ambas ajudem o poder público a resolver os problemas "em proveito dos mais fracos". É um chamamento que não pode ser recusado neste momento de nuvens e tensões.